



**Da relação sujeito, religião e estado:
O discurso da *liberdade* e das *letras* na cidade**

From the relationship subject and state:
The liberty discourse and of the *letters* in the city

Eliana de Almeida¹

Resumo:

Pela perspectiva teórica da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988; FOUCAULT, 1995; ORLANDI, 2007) buscaremos compreender, a partir de narrativas e templos cristãos, os modos pelos quais esses materiais projetam sentidos sobre/para a cidade de Iepê-SP, significando-a de um modo particular na história brasileira de fundação das cidades no início do século XX, pela relação entre sujeito, religião e Estado. Iepê-SP encena o contexto desse processo brasileiro de urbanização, implicado à questão da *laicização* do Estado, conforme suposta pelos ideais republicanos, fazendo intervir sentidos outros para as instituições e para o sujeito brasileiro, em suas relações sociais.

Palavras-chave: discurso urbano; cidade; Sujeito/Estado; religião; escola

Abstract:

By the theoretical perspective of Discourse Analysis (Pêcheux, 1988; Foucault, 1995; Orlandi, 2007), seek to understand, from narratives and christian churches, the ways in which these materials design directions on / to the city of Iepê-SP, meaning it in a particular way in Brazilian history of the founding of cities in the early twentieth century, the relationship between subject, religion and State. Iepê-SP stages the context of Brazilian urbanization process, involved the question of secularization of the State as alleged by republican ideals, by involving other senses to the institutions and the Brazilian guy, in his social relations.

Keywords: urban discourse; city; Subject/State; religion; school

¹ Professora do Curso de Letras no Campus de Pontes e Lacerda – MT e da Pós-graduação em Linguística, UNEMAT, Cáceres – MT. E-mail: tofinho@yahoo.com.br. R. João Albuquerque, 246 - Cavalhada, Cáceres. MT, 78200-000

O Brasil das décadas de 20 e 30 do século passado constituiu-se cenário de acirrada polêmica no entorno do processo de modernização, materializando no espaço da cidade, em suas várias formas de significação, as tensas relações empreendidas entre a Igreja e a modernidade. Conforme Dias (1996)², durante a Revolução Francesa, considerada um marco dos direitos humanos e da civilidade letrada, o catolicismo esteve preso aos ideais reacionários, recusando-se aos novos tempos. Posição esta que, na sua relação com o lema da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade, este novo que emerge passa a constituir no Brasil, sob a égide republicana, histórias particulares de fundação das pequenas cidades brasileiras, dadas as injunções historicamente estabelecidas entre a Igreja, Estado e o cidadão brasileiro.

A cidade de *Iepê*, situada à região sudoeste do estado de São Paulo, fundada em 1923, contando hoje com aproximadamente nove mil habitantes, é o espaço discursivo que recortamos para este estudo. Tomar a cidade enquanto espaço discursivo significa, para nós, supô-la enquanto linguagem, povoada de sentidos, como um texto, conforme proposto por Orlandi (2001, p. 185), como espaço onde “a história e a língua se articulam produzindo sentidos”. Das narrativas de antigos moradores, dos relatos históricos, do gesto de construção de templos e do documentário *Iepê: há 90 anos uma Terra para Todos* (2013)³, em circulação no <http://www.youtube.com/watch?v=1HA-PcJ7Ji0>, constituímos o material de leitura para a composição do *corpus*, em que buscaremos compreender os sentidos para a cidade pela Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988; FOUCAULT, 2006; ORLANDI, 1983; 2001; 2007), numa relação com a noção de *reescritura*, conforme trabalhada pela Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 1987).

No conjunto desse material, e de modo muito particular, vemos a linguagem a atualizar discursivizações da história de fundação de *Iepê* no/pelo excesso de *dizeres* sobre a cidade. Trata-se de um excesso tanto em relação à reprodutividade de materiais que dizem sobre a cidade, quanto em relação à reiteração do mesmo, como se pode ver materializado nos sites da Internet, em festas de homenagens e comemorações, e narrativas sobre a cidade, etc. Dada a relação suposta pela Análise do Discurso entre o sujeito e a linguagem, Orlandi (2007, p. 52) a define pela “incompletude, em que nem sujeitos, nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”, sendo a

² Pesquisador e filósofo das religiões, formado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

³ Agradecimentos especiais à Prof^a Selma Greice de A. Matos, historiadora pela Faculdade de Tupã-SP, por suas valiosas contribuições.

incompletude a condição da linguagem, logo, a condição do sujeito. Ainda, afirma a autora, a linguagem e o sujeito “constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento”, cuja incompletude mostra para a falha no simbólico, enquanto lugar do possível.

Essa reprodutividade, excesso de dizeres sobre *Iepê-SP*, tomada na relação com o sujeito e os sentidos, funciona sob a impulsão de uma falta, dando indício à falta mesma de dizeres sobre a cidade que a definam e, portanto, que se *registrem* como sendo a história *verdadeira e toda* de sua fundação. Não nos ocuparemos dessa questão sobre a verdade *dos fatos*, senão com os modos pelos quais tais discursivizações sobre a querela entre católicos e protestantes e os efeitos de sentido que produz erigem simbolicamente a cidade, definindo-a no jogo dessa fronteira político-religiosa entre sujeito/religião/Estado, logo de uma fronteira discursiva, de sentidos, conforme vemos no material, no que tange à ocupação do espaço público.

Na Wikipédia, sobre a história de fundação de *Iepê* temos que:

O município surgiu em resposta à impossibilidade dos protestantes enterrarem /sic/ seus mortos e construírem uma escola para seus filhos no patrimônio de São Roque⁴, onde moravam. Várias famílias então se mudaram para o novo povoado, em busca da liberdade religiosa almejada (*Iepê*, em tupi-guarani, significa Liberdade).⁵

Essa sequência discursiva situa a fundação da cidade de *Iepê* no entorno de uma querela entre concidadãos brasileiros, católicos e protestantes, marcada no direito (ou não) de acesso ao espaço/benefício público no pequeno povoado de São Roque, onde o cemitério tinha seus fins restringidos a cidadãos e filhos de cidadãos católicos e onde os protestantes⁶ eram impedidos de construir escolas no povoado. Para os protestantes, essa questão se agrava, considerando o papel da instrução escolar como condição à fé presbiteriana, pela relação que se estabelece entre *conhecer as letras e crer* pela razão, como veremos adiante.

O título do documentário *Iepê: há 90 anos uma Terra para Todos*, produzido em (2013), em homenagem ao aniversário de 90 anos da cidade, mobiliza no *slogan* o

⁵ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Iep%C3%AA>

⁶ Manteremos o uso do termo *protestante* definindo os fundadores de *Iepê-SP*, numa relação de diferença ao termo católico. À época, na década de 20 e 30 do século XX, não dispúnhamos da variedade designativa e identificadora de grupos cristãos, não católicos, como hoje. A representação no Brasil de grupos não católicos, como a Igreja Reformada Francesa (1557), Reformada Holandesa (1630), Igreja anglicana (1816), Igreja Luterana (1824), Igreja Presbiteriana (1859), configura-se pela diferença, na relação com o catolicismo, como o protestantismo.

funcionamento dessa memória, desse *já-dito*, materializado como paráfrase do excerto acima. Do ponto de vista discursivo, a paráfrase, enquanto repetição, funciona como a possibilidade mesma do discurso, em sua relação com a memória do *dizer*. Orlandi (2007) define a paráfrase numa relação constitutiva com a polissemia e teoricamente aponta:

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é o dizível, a memória. A paráfrase apresenta assim o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

O título do documentário que comemora os 90 anos de fundação de *Iepê* põe em jogo o funcionamento discursivo entre a linguagem e a memória. A memória de uma *falta* de liberdade articula-se ao termo *Iepê* referido como uma *Terra para Todos*. A cidade de *Iepê* é evocada como espaço de direitos à cidadania brasileira, significando-se numa relação com a falta de liberdade religiosa no povoado de São Roque. A reescritura é uma noção da Semântica do Acontecimento, cunhada por Guimarães (2002), a propósito dos procedimentos de textualidade. O autor afirma que há procedimentos de reescritura quando uma enunciação do texto rediz insistentemente o que já foi dito. Ainda, para Guimarães (2002), a reescritura define-se como uma volta ao dito para continuar dizendo, ou apontar um futuro do dizer. Desse modo, a memória histórica de fundação da cidade é atualizada na formulação *Terra para Todos*, à medida que *Iepê* é reescrita no termo *Terra*, marcado pela maiúscula inicial como uma história particular, mas ao mesmo tempo como uma *Terra para Todos*, sem distinção, sem preconceitos, sob os ideais do Estado moderno de direito.

Essa formulação *Iepê: há 90 anos uma Terra para Todos* só é possível no contexto das narrativas que contam a história de fundação de *Iepê*; - não, porém, em contextos enunciativos quaisquer, visto que aponta para o funcionamento de uma memória histórica muito particular. Supomos assim a formulação *Terra para Todos* mobilizar da memória discursiva os sentidos que administraram o povoado de São Roque, pelas políticas e posicionamentos reacionários aos ideais da Revolução

Francesa, da modernidade, no limiar dos séculos XVIII e XIX, de *liberdade, fraternidade, igualdade* na Europa.

No Brasil, os anos 20 e 30 do século passado foram o cenário da hegemonia daquele discurso, dadas as relações de poder estabelecidas entre Igreja e Estado, como vemos nas formulações que introduzem o documentário *Iepê: há 90 anos uma Terra para Todos* (2013), que narra:

A cidade de Iepê nasceu por um sonho de liberdade e por uma cultura de paz em 23 de abril de 1923. Não era intenção de seus pioneiros fundarem uma cidade, mas impulsionados pelo desejo e pela necessidade de igualdade, liberdade e paz esses sonhadores e determinados sertanejos plantaram e nos deixaram como frutos: seus ideais e uma cidade, originalmente chamada Liberdade, nas terras vermelhas do Oeste Paulista.

Pela relação entre sujeito e linguagem, conforme suposta discursivamente, *Iepê* produz um excesso significante pela própria falta constitutiva que a estrutura enquanto cidade: um regime de Estado de direito que não administra, não organiza no Brasil os ideais republicanos, pela defesa dos direitos, de liberdade de expressão e de culto. Nessa narrativa, salientamos os enunciados que definem *Iepê* sob uma ordem discursiva outra em relação a *São Roque*, ou seja, circunscreve *Iepê* como espaço de liberdade, como vemos em */Iepê nasceu por um sonho de liberdade/; /Iepê nasceu [...] por uma cultura de paz/; /pela necessidade de igualdade, liberdade e paz desses sonhadores/; /uma cidade, originalmente chamada Liberdade/*; O termo que nomeia a cidade, vindo do Tupi-guarani⁷, a constroi sob a égide da modernidade, também conforme narra a filha de *Chico Maria*, um dos fundadores de *Iepê-SP*:

Quando criou o patrimônio de Iepê, o Antonio Prado que é meu primo, Antonio de Almeida Prado⁸, doou 10 alqueires para o

⁷ Embora o vilarejo fosse a princípio chamado *Liberdade* e as narrativas que sustentam a história da cidade afirmem a origem do nome *Iepê* como vindo do tupi-guarani, significando *liberdade*, não encontramos qualquer referência etimológica que o reafirme (LEONTSINIS, Alexandre. *O Tupi: nossa linguagem ecológica*. Biblioteca Stassa Leontsinis. Rio de Janeiro, 2003; FERREIRA, Moacyr Costa. *Dicionário Morfológico Tupi-Guarani*. 3ª. Ed. Revisada e Ampliada. São Paulo, Edicon, 2007; KAKUMASU, James Y. e KAKUMASU, Kiyoko. *Dicionários por tópicos: Urubu-Kaapor Português*. Fundação Nacional do Índio – FUNAI – Summer Institute of Linguistics – SIL, Brasília-DF, 1998). Encontramos variações de escrita e significação do termo, como em *ojepé iepé* designando *ele sozinho* ou o numeral 1, conforme o site http://www.girafamania.com.br/girafas/lingua_guarani.html. Ainda, o nome *Iepé* aparece no site <http://www.institutoiepe.org.br/sobre-o-iepe/> como um termo “tradicionalmente utilizado pelos grupos indígenas das Guianas para designar o amigo e parceiro de troca nas suas redes de intercâmbio”. Não obstante a isso, nos valem das narrativas em circulação sobre a cidade, trazendo a relação semântica de *liberdade* para o nome *Iepê*.

⁸ Fundador homenageado, cujo nome foi dado ao Colégio Estadual de Iepê-SP.

patrimônio de Iepê, mas não era Iepê não, era patrimônio da *Liberdade*. Ali podia ir católico, crente, espírita, sem religião, todos podiam sepultar ali e morar também. (Documentário *Iepê: há 90 anos uma Terra para Todos* - M. A. Oliveira).

Nos enunciados acima, a ênfase na definição da cidade pelo significado do termo em tupi-guarani *Liberdade* atualiza a querela religiosa como uma história de interdição, proibições, em que o espaço público era, de certo modo, administrado pelos ideais de unidade entre o Estado e a Igreja, produzindo o efeito de separação entre os concidadãos brasileiros. Ao propor uma leitura discursiva sobre a relação *cidade e escola*, Orlandi (2004) atesta a sobredeterminação do discurso urbano em relação ao real da cidade e considera a verticalização das relações humanas como um dos modos de seu funcionamento. Para a autora, essa verticalização produz as diferenças em níveis de dominação, impedindo a convivência e o trânsito horizontal, cuja organização social reflete no espaço da cidade essa verticalidade da ordem urbana, separando regiões, determinando fronteiras, dividindo desigualmente os direitos que são de todos e, ao mesmo tempo, como Estado, estabelecendo políticas de consenso e ética. A cidade significa-se assim pela via da contradição entre o social e o urbano.

Ainda, como parte do material de leitura, trazemos as fotos da cidade de Iepê, a partir das quais focamos os templos da Igreja Católica e da Igreja Presbiteriana Independente como marcas, monumentos definidores da cidade, no modo como se projetam no espaço urbano:



Foto 1 – Portal da Prefeitura Municipal de Iepê



Foto 2 – Portal da Prefeitura Municipal de Iepê

A nosso ver, esses templos em evidência demarcam um estranhamento produtivo às questões que nos interessam, se os tomarmos na relação com a cartografia das cidades outras que povoam a região oeste paulista. À distância, sem o reconhecimento dos signos que marcam o catolicismo em relação ao protestantismo, como por exemplo,

a cruz ao topo da torre⁹, poder-se-ia supor a partir da projeção desses templos /Iepê tem duas catedrais/igrejas matrizes/templos católicos/, dada a exuberância de suas construções em quase iguais proporções. Uma memória da arquitetura sacra coloca-se certamente como um *já-dito* a significar diferentemente esses templos em Iepê.

Para nós, o estranhamento concerne às práticas discursivas e às relações do sujeito católico e do presbiteriano com o templo, que se dão historicamente de modos distintos na sua materialidade. A cúpula pontiaguda do templo católico e a arredondada do templo presbiteriano, consideradas como marcas que definem na história da arte sacra um modo e/ou outro de arquitetura, põem, de modos distintos, o sujeito-fiel na relação com o mundo sobrenatural. Contudo, é da projeção do templo presbiteriano independente, particularmente, e dos efeitos de sentido que produz enquanto monumento para a/na cidade, como materialização de contradições discursivas, paráfrase e polissemia, repetição e ruptura de práticas discursivas religiosas, que também nos ocuparemos nesses estudos.



Foto 3 – Portal da Prefeitura Municipal de Iepê



Foto 4 – Templo Presbiteriano Independente
(Foto cedida por F. A. A)

O conjunto desse material de leitura, tomado a partir de um olhar discursivo na sua relação com a história, constitui o espaço de funcionamento e compreensão do excesso de *dizeres* sobre a fundação da cidade, ligado à construção do templo presbiteriano, tomado aqui como um monumento, nos termos de Foucault (1995). Por

⁹ O protestantismo, herdeiro das teses luteranas, ofusca a beleza aparente dos templos, transferindo a representação deste lugar sagrado para o sujeito-fiel, enquanto templo e lugar da habitação divina, e, porque alia a ressurreição de Cristo aos sentidos de vitória, suplanta a cruz enquanto símbolo direto ao remetê-la à morte, vindo a suprimi-la das construções dos templos, sendo raras as facções que mantem tal tradição.

um recuo na história, buscaremos compreender as relações de sentidos que sustentam essas narrativas de fundação da cidade de *Iepê*, definidas no jogo de/entre fronteiras discursivas distintas, bem como compreender os efeitos de sentido que produzem ao lado do templo presbiteriano, como demarcação na/da cidade. O excesso de dizeres em narrativas, acrescido da arquitetura do templo presbiteriano – diferenciado de outros templos presbiterianos de seu tempo – materializa-se como uma demarcação discursiva indiciadora da falta.

Para Foucault (1995), os estudos da história tradicional empreendiam-se na memorização dos monumentos do passado para transformá-los em documentos, mas em nossos dias, a história nova transforma os documentos em monumentos. O conceito de monumento refere-se a uma postura arqueológica em relação aos discursos. À medida que o recorte de linguagem materializa *saberes*, os discursos que o constituem pelo *não-dito*, ignorados, desconstroem na sua superfície os efeitos ideológicos de sentidos que produz, assumindo o *status* de monumento, visto que atualiza na sua materialidade o passado e, ao mesmo tempo, projeta o futuro pelo discurso.

Nesses termos, o templo presbiteriano será tomado como linguagem, como texto, assim como as narrativas, enquanto discurso, monumento, produzindo sentidos referidos a um pré-construído, à memória discursiva (ORLANDI, 2007), que atualiza sentidos em suas diferenças materiais: a língua e a arquitetura. No que concerne aos efeitos do verbal sobre o não verbal, Orlandi (1995, p. 38) admite a Análise do Discurso restituir ao fato de linguagem a sua complexidade e sua multiplicidade, buscando definir os caracteres que definem suas especificidades materiais. Nessa perspectiva as diferentes materialidades simbólicas significam-se em suas diferenças, como formulação de sentidos remetida à memória do discurso.

Para a Análise do Discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, no modo como a memória discursiva do dizer o determina. Supomos assim que as narrativas e o templo não se signifiquem por si mesmos e enquanto tais, mas na sua relação com a história, cuja memória de *dizeres* se faz significar enquanto posições ideológicas. A propósito da ideologia, no que concerne ao material que recortamos, propomos retomar nosso trabalho¹⁰ sobre o *efeito santidade na hagiografia*. Consideramos a construção de templos na tradição ocidental como uma prática advinda de costumes antigos, dentre os cristãos dos anos 70 a 90 d. C., de sacralizar lugares como marcos de contatos *espirituais* entre céu/terra, seja como marco de grandes

¹⁰ Almeida (2000), em dissertação de mestrado.

acontecimentos ou como demarcação do corpo de um mártir¹¹, como vemos na pesca de um artesanato que se torna imagem de Nossa Senhora ou no aparecimento suposto de Maria, a mãe de Jesus, à menina Lúcia, em Fátima, Portugal, conforme a crença católica.

A basílica de Nossa senhora Aparecida no Brasil demarca-se enquanto lugar de contato entre os mundos temporal e espiritual na cidade de *Aparecida do Norte*. A narrativa conta que três pescadores pegaram no Rio Paraíba do Sul um artesanato, tomado como a *imagem* de Maria, a mãe de Jesus. Do mesmo modo, a construção da Capela de N. S. Fátima, em Portugal, advém como lugar sagrado pelo suposto aparecimento de Maria, mãe de Jesus, à menina Lúcia.

A construção de templos na tradição cristã advém ainda das práticas de visitar o túmulo de antepassados (pessoas exemplares da fé) para chorar o morto. Os restos mortais dos mártires eram cuidadosamente retirados dos locais de torturas e sepultados nas catacumbas. A partir desse momento, produz-se o efeito de confundir-se túmulo e altar, pois que as devoções e ritos nesses lugares vão construindo os sentidos do religioso e sacralizando espaços.

Desse modo, os túmulos passam a agregar no seu entorno um grande número de fieis, justificando com isso a tradição de construir templos. Como exemplo, temos a catacumba de Pedro, em Roma, cujo suposto túmulo está protegido no interior da suntuosa basílica de São Pedro, no Vaticano. A construção de templos demarca-se na história das práticas católicas como um espaço concreto de encontro entre o mundo temporal e o mundo espiritual (Orlandi, 1983), seja pela ocorrência de um grande fato, seja para honrar o nome de algum mártir da fé. Quanto mais elevadas as virtudes daquele que *jaz* no túmulo ou mais impressionante a experiência de aparecimento de *Maria*, maior o gesto de engrandecimento expresso na arquitetura material da construção e estética do templo.

A construção do templo católico de *Iepê*, pelo detalhe pontiagudo da torre e suas pilastras, etc, faz repetir, de algum modo, os sentidos dessa tradição mesma no espaço da cidade, além de repetir também a ordem estruturante das cidades, em que a arquitetura do templo católico se destaca, com certa regularidade. É na relação com esses sentidos que se repetem enquanto prática discursiva católica que o templo

¹¹ *Fabrica de santos* (Woodward, 1992).

presbiteriano independente se significa como lugar de *estranhamento* e de contradição de sentidos.

Enquanto linguagem que materializa a contradição ideológica pelo discurso, o templo protestante em Iepê faz repetir da memória discursiva os sentidos católicos, na construção de um templo que se destaca na cidade, como marco da relação entre os planos temporal/espiritual e, ao mesmo tempo, propõe romper com essa ordem discursiva, pela edificação como tal de um templo não católico, um templo protestante. Ou seja, o templo não se propõe como marco de grandes acontecimentos e/ou encontros entre céu/terra, tampouco constroi-se sobre a tumba de um mártir da fé cristã. O templo projeta-se para Iepê enquanto um *dizer* sobre os sentidos da falta que constituem a cidade: a falta da igualdade de direitos e da liberdade de culto. Assim, pereniza-se como marco de conquista pelos sentidos, funcionando como um *dizer* que não se cessa de fazê-lo – por um excesso indicativo de falta.

A materialização dos ideais de modernidade que demarcam os sentidos para Iepê, pondo a construção do templo como monumento (Foucault, 1995), projeta um passado que se atualiza e um futuro que se antecipa para a cidade. O passado atualiza no templo a memória histórica de dizeres sobre a *querela fundadora* da cidade entre católicos e protestantes ao mesmo tempo em que se projeta à posteridade como tal. *Iepê* significa-se assim o social das diferenças ideológicas entre concidadãos católicos e protestantes e, ao mesmo tempo, como espaço ético de consenso político conquistado pelos seus fundadores.

O templo faz significar no espaço da cidade as relações de poder representadas entre sujeito e Estado, funcionando em suas proporções materiais como metáfora da liberdade e igualdade de direitos. A construção do templo se dá como marco da presença do Estado vinculado à Igreja Católica – um Estado não laico – que não assume os ideais republicanos e deixa para a sociedade o papel de administração do espaço urbano, logo, como marco de luta e conquista do povo pelo estabelecimento da *liberdade de culto*. A querela fundadora que culminou na *impossibilidade de os protestantes enterrarem seus mortos e construírem escola para seus filhos em São Roque* significa e demarca o espaço público em Iepê, no modo como a presença do Estado é convocada para estabelecer a *liberdade religiosa* como uma ordem discursiva outra.

A querela fundadora de *Iepê* situa-se ideologicamente à fronteira dos discursos reacionários da igreja e dos da modernidade. Esse Brasil inventado sob o signo da cruz

alia às políticas de poder por vias oficiais o catolicismo, tornando-o a religião hegemônica, pela unidade indivisível do lema colonizador *uma fé, um rei, uma lei*. Os estudos de Dias (1996) sobre a política brasileira nos anos de 1922 a 1933 atestam diferentes modos de articulação do Estado com essa hegemonia religiosa. O autor afirma que no Brasil colônia e do Império, sob o regime do padroado, a Igreja Católica existia como departamento do Estado, em que a fé católica comparecia como um dever do cidadão brasileiro.

Com a instauração do Estado moderno de direito no século XVIII, signo de um novo tempo, da modernidade, a Igreja Católica vivencia grandes desafios, pois que esses novos ideais passam a subverter a base social da nacionalidade brasileira, quando se proclama a liberdade de culto. Muitas foram as tentativas da Igreja para se organizar institucionalmente na República e muitos os manifestos havidos para a equivalência de um governo católico à nação católica brasileira, fazendo coincidir Estado/Nação/Religião Católica. Essa relação entre sujeito, Igreja e Estado se reconfigura com a *Carta Constitucional da República* e, conforme Dias, (1996), muitos direitos dos católicos são abolidos, visto que o afastamento da Igreja da vida pública e a instauração da laicização passam a reger a modernidade. É nesses termos que a falta de liberdade religiosa à época de *São Roque* está marcada nas proporções do templo presbiteriano independente de *Iepê*, à medida que se constitui significativa da *falta* de igualdade de direitos e *falta* da liberdade de culto.

As narrativas, a arquitetura do templo e o documentário reencenam no espaço da cidade a querela religiosa entre católicos e protestantes, em que a cidade se funda na *impossibilidade de os protestantes enterrarem seus mortos e construírem escola para seus filhos em São Roque*. Uma história de fundação sustentada na/pela contradição do jogo discursivo entre os ideais revolucionários da modernidade, sob o lema da fraternidade, igualdade e liberdade e o legado reacionário, conservador da Igreja, contrário à mentalidade e à cultura que ameaçavam sua soberania social.

As discursivizações dessa querela religiosa fazem sentido na história de fundação de *Iepê* e na projeção do templo presbiteriano na cidade, marcando a contradição da relação entre sujeito, Estado, fé, para os tempos modernos. Uma contradição sustentada em dizeres que não cessam de se dizer pela falta materializada no excesso, falta da versão *verdadeira, toda*, de visibilidade da história de sua fundação, falta da liberdade religiosa, por fim, a falta de um Estado sob os ideais republicanos, efetivamente moderno e de direitos.

Iepê se dá como espaço discursivo de diferentes posições ideológicas, cujos sentidos estão materializados na contradição que a constitui como cidade. Se por um lado, a querela fundadora aponta para *Iepê* o insurgimento contra a modernidade e seus ideais de liberdade, de outro, a construção do templo presbiteriano faz repetir o gesto católico de demarcar naquele território um signo à liberdade de culto e ao conhecimento das *letras*. O templo não se constrói, assim, conforme vimos anteriormente, como marco da relação entre o espiritual/temporal (Orlandi, 1983), senão como ícone da dominação católica, religião hegemônica no Brasil, e do estabelecimento da liberdade de culto como conquista dos fundadores da cidade.

Nossas últimas considerações concernem à relação *cidade e escola*, suposta na querela religiosa entre católicos e protestantes, no entorno do acesso ao espaço público do povoado de *São Roque*. Em seu artigo *Cidade e Sujeito Escolarizado*, Pfeiffer (2001) afirma que o processo de escolarização e o de urbanização funcionam como instrumentos do Estado para normatizar, estabilizar, regulamentar as normas de ocupação da cidade e considera:

A escola é tomada ainda como um dos principais lugares autorizados a construir a capacidade de sociabilidade. Relações de sociabilidade normalmente pensadas a partir do fim do século XVIII, como relações calcadas na ideia de igualdade, direitos iguais, direitos burgueses. [...] Participamos do efeito da escola republicana francesa que estabelece uma relação necessária entre escola e república no sentido de que a escola representa o lugar de preparação e de evidência de qualidades dos homens que disputam, e já não mais herdamos, lugares sociais. (PFEIFFER, 2001, p. 29-35).

A falta de acesso à escola materializa-se como a falta do Estado, pela política do Império, do padroado, estabelecida entre *Igreja e Estado*, portanto pela hegemonia do catolicismo como religião oficial no Brasil e pela administração do espaço público sob os ideais da segregação e apagamento da diferença. A cidade de *Iepê* propõe-se como espaço da liberdade, das diferenças culturais, já que a escola é responsável por criar uma unidade cívica a partir da pluralidade cultural, conforme Pfeiffer (2001).

A cidade de *Iepê* não apenas é construída concretamente, como também é circunscrita ideologicamente sob os ideais da modernidade, estabelecendo sobre as relações sociais o consenso político necessário, sob a bandeira da liberdade de culto e da *formação do sujeito letrado*, materializada no anseio da Igreja e da escola. Conforme os relatos, a inexistência de escola forçava os cidadãos protestantes a contratarem professores particulares de outras cidades, como o Prof. Rev. Jonas Martins, de Assis-

SP, a partir de quem as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira¹² – Gramática Expositiva – Curso superior (1907), Gramática Expositiva – Curso elementar (1908), Gramática Histórica (1916) se tornaram referência no tocante ao uso da língua nacional.

Conforme Orlandi (2009), os modos da relação do sujeito católico e do sujeito protestante com a linguagem marcam-se diferentemente na história, apontando para diferentes instâncias da relação mesma com seus rituais. A tradução da Bíblia empreendida por Lutero na Reforma, do latim para o alemão, coloca o sujeito protestante numa relação direta com o Texto Sagrado, não supondo a mediação da Igreja no trabalho de interpretação. Assim, as práticas cristãs protestantes sustentam-se numa relação imbricada do sujeito fiel com a instrução escolar, visto que conhecer as *letras* constitui a *liberdade* do pensamento à interpretação do Texto pela razão.

Essa diferença se mostra ainda nos respectivos rituais de batismo. Conforme trata Guimarães (1987), a oração do *Credo* no ritual do batismo católico produz a *performatividade* da crença e do engajamento do sujeito à comunidade cristã, quando afirma:

No momento em que alguém diz ‘creio’ em resposta a uma das perguntas no batismo, ou recita o *Credo*, representa-se um locutor que se apresenta como aquele que se responsabiliza pelo que aí se diz. Ao apresentar-se como responsável por este dizer, tal locutor realiza o ato de afirmar a sua crença. Ao fazer isso ele se responsabiliza pela afirmação que faz enquanto fonte de enunciação (enquanto L). E, ao se responsabilizar pela afirmação, se responsabiliza pela verdade da crença do locutor enquanto pessoa (enquanto lp). (GUIMARÃES, 1987, p. 85).

Essa performatividade de ingresso do sujeito à pertença recíproca cristã funciona no batismo presbiteriano, diferentemente, aliada ao comprometimento público dos pais pela instrução e conhecimento das *letras* aos filhos para fins de leitura do Texto Sagrado e crescimento pessoal, conforme ordenança fundamental presbiteriana, registrada em documentos, tais como o Manual Presbiteriano, o Manual Litúrgico e o Manual do Culto¹³, como se segue:

§ 1º - No ato do batismo **os pais assumirão a responsabilidade de dar aos filhos a instrução que puderem** [...]. - Capítulo V – Batismo de Crianças – Art. 11, §1 – (Manual Presbiteriano, 1997, p. 114). Grifos nossos.

¹² Gramático, professor do Colégio D. Pedro II e pastor da Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo.

¹³ Agradecimentos especiais pelo acesso a esses documentos através de *Francisco Antônio de Almeida*, à Biblioteca da Igreja Presbiteriana de Cuiabá - MT.

Perguntas: [...] **Prometeis ensinar-lhe a ler para que venha a ler por si mesmo a Santa Escritura; [...]?** – **Prometo.** (Manual do Culto 2000, p. 12) Grifos nossos.

Perguntas aos pais: **Prometem ensinar-lhe a ler para que leia por si mesmo a Santa Escritura; [...]?** – **Sim, prometemos.** (Manual Litúrgico 1992, p.90). Grifos nossos.

Tem-se assim, no contexto do povoado de São Roque, em que os protestantes não podiam construir escolas para a instrução de seus filhos, uma interdição para além do acesso à educação, como também a interdição do exercício da fé, dada a conjugação entre os *saberes* temporal – instrução escolar – e espiritual – leitura do Texto Sagrado – suposta pelo protestantismo. No Brasil, essas diferenças entre as práticas discursivas católicas e protestantes definem-se ainda, como mostra Orlandi (2009, p. 134), em relação às línguas indígenas:

Já nos inícios do Brasil, católicos e protestantes se diferenciavam. Para o católico – os jesuítas, os capuchinhos, por exemplo – para que um índio fosse considerado cristão, bastava que soubesse repetir orações e que aceitasse ser batizado. Já para os protestantes, o trabalho com a Bíblia ocupava um papel mais importante e a questão da tradução se impunha em um processo de maior elaboração, com respeito à língua.

A autora afirma ainda em situações mais recentes o pastor protestante se coloca como tendo grande responsabilidade sobre o Texto Sagrado, tomando como foco o conhecimento da língua, enquanto que, para o católico, a língua funciona como instrumento de transmissão de costumes e crenças. Vemos assim que, como projeto de cidade, *Iepê* conjuga, como para a modernidade, a contradição entre a *fé* e a instrução *escolar*, marcada na história particular de construção da *liberdade de culto* e de *formação escolar do sujeito*. Como cidade, *Iepê* significa, ainda, o processo de constituição das cidades brasileiras pela relação *sujeito/Estado*. Uma relação histórica, do ponto de vista discursivo. Se na Idade Média as determinações do sujeito se davam a partir da Igreja, enquanto espaço legitimado à interpretação da Letra (o Texto Sagrado), no século XVIII na Europa, com a instauração do Estado moderno de direito, o sujeito passa a ser determinado pelo discurso jurídico, regido pelas *letras* – as leis do Estado (ORLANDI, 2009).

Supomos assim que a *falta* constitutiva, produtora do *excesso* de dizeres que fundam *Iepê*, vai além do acesso ao cemitério e à escola, mas também e, fundamentalmente, à *falta* de espaços discursivos possíveis à existência do sujeito brasileiro, protestante, no que concerne às práticas discursivas cristãs, no Brasil dos anos 20 do século passado.

Referência bibliográfica:

Almeida, E. de. (2000). *Discurso religioso: um espaço simbólico entre o céu e a terra*. UNICAMP, 2000.

Dias, R. *Imagens de ordem: A doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

Foucault, M. *Arqueologia do Saber* (p. 239). São Paulo: Forense Universitária, 1995.

Foucault, M. *Estética: Literatura e Pintura; Música e Cinema*; (p. 422). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Guimarães, E. Credo ou creio. In E. P. Orlandi (Ed.), *Palavra, fé e poder* (p. 102). Campinas: Pontes, 1987.

Guimarães, E. *Semântica do Acontecimento* (p. 96). Campinas: Pontes, 2002.

Manual do Culto. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000 p. 96.

Manual Litúrgico. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992 p. 358.

Manual Presbiteriano. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1997, 13^a ed., p. 208.

Orlandi, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1983.

_____. *Cidade dos sentidos* (p. 159). Campinas: Pontes, 2004.

_____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (1st ed., p. 100). Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Língua Brasileira e Outras histórias: Discurso sobre a língua ensino no Brasil*. Campinas: RG Editora, 2009.

Pêcheux, M. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio* (p. 317). Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

Pfeiffer, C. C. Cidade e Sujeito Escolarizado. In E. P. Orlandi (Ed.), *Cidade Atravessada: Os sentidos Públicos no Espaço Urbano* (p. 180). Campinas: Pontes, 2001.

Woodward, K. L. *A fábrica de santos*. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

Data de Recebimento: 30/01/2014

Data de Aprovação: 22/01/2015

Para citar essa obra:

ALMEIDA, E.. Da relação sujeito, religião e estado: O discurso da *liberdade* e das *letras* na cidade In: *RUA* [online]. n.º 21. Volume 1, p. 127 - 141 - ISSN 1413-2109. Junho/2015. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: Portal da Prefeitura Municipal de Iepê e Templo Presbiteriano Independente

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS

UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>